



O QUE O
**INVESTIMENTO
SOCIAL PRIVADO**
PODE FAZER
POR...?



DEMOCRACIA

**UM GUIA PARA INVESTIDORES SOCIAIS PRIVADOS E
ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS INICIAREM ESTRATÉGIAS
DE APOIO AO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA**

O QUE O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE FAZER POR DEMOCRACIA?

UM GUIA PARA INVESTIDORES SOCIAIS PRIVADOS E ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS INICIAREM ESTRATÉGIAS DE APOIO AO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

São Paulo | 2021
1ª impressão

Supervisão geral: José Marcelo Zacchi
Coordenação: Gustavo Bernardino e Ricardo Batista
Parceiro técnico responsável pela publicação: Move Social
Pesquisa e redação: Gabriela Brettas
Relatoria e sistematização: Walquíria Tiburcio e Arthur Da Hora
Projeto gráfico e diagramação: Lúcia de Menezes e Daisy Biagini Porto

Realização: GIFE
Apoio: Fundação Tide Setubal
Promoção: Fundação Tide Setubal, Pacto pela Democracia, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Uneafro Brasil, Instituto de Referência Negra Peregum e Instituto Geledés

© 2021 GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas

GIFE
Conselho de governança
Américo Mattar – Fundação Telefonica Vivo
Átila Roque – Fundação Ford
Gabriel Cardoso – Instituto Sabin
Giuliana Ortega – Laudes Foundation
Guilherme Coelho – Instituto República
Inês Lafer – Instituto Betty e Jacob Lafer
Leandro Pinheiro – Fundação FEAC
Luís Fernando Guggenberger – Instituto Vedacit
Maria Alice Setubal – Fundação Tide Setubal (Presidente)
Maria de Lourdes Nunes – Fundação Grupo Boticário
Mônica Pinto – Fundação Roberto Marinho
Virgílio Viana – Fundação Amazonas Sustentável

Conselho fiscal
Cibele Demetrio Zdradek – Instituto Grupo Boticário
Odair Barros da Silva – Fundação Telefonica Vivo
Tatiana Zanotti – Instituto Clima e Sociedade

Secretário-geral
José Marcelo Zacchi

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a toda equipe do GIFE, em especial a Aline Rosa, Andréa Almeida, Carolina Magosso, Giovana Bianchi, Graziela Santiago e Thaís Rodrigues.

Às organizações copromotoras do tema **democracia** neste projeto: Fundação Tide Setubal, Pacto pela Democracia, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Uneafro Brasil, Instituto de Referência Negra Peregum e Instituto Geledés.

A todas pessoas entrevistadas e participantes do workshop que, gentilmente, contribuíram com o processo de pesquisa e produção de conteúdo deste guia: Cassia Marques (RAPS), Diego Calegari (Politize), Flávia Pellegrino (Pacto pela Democracia), Ingrid Farias (Enegrecer Política), Jamil Assis (Instituto SIVIS), Juliana Santos (Projeto Liberdade), Laila Bellig (Instituto de Governo Aberto), Maitê Gauto (Oxfam Brasil), Marcos Nobre, Márcia Lima, Bianca Tavorali e Flávio Prol (CEBRAP), Maria Sylvia Aparecida de Oliveira (Instituto Geledés), Mariana Almeida e Marcio Black (Fundação Tide Setubal), Mariana Belmont e Sheila de Carvalho (UNEAFRO), Mariana Resegue (Em Movimento), Maurício Mussi (Votorantim), Mônica Oliveira (Rede de Mulheres Negras de Pernambuco), Pedro Borges (Rede de Jornalistas das Periferias e Alma Preta), Roberto Andrés (UFMG e Revista PISEAGRAMA), Tulio Malaspina (Instituto Update).

Realização



Apoio e Promoção



Promoção



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. Democracia: do que estamos falando?	6
2. Desvendando o problema: quais são os principais desafios envolvidos?	12
3. Caminhos de atuação: como o investimento social privado pode contribuir?	14
a. Participação social e fortalecimento da sociedade civil.....	16
b. Inovação política e aperfeiçoamento do sistema democrático.....	23
c. Cultura de convivência democrática.....	28
4. Recomendações finais para atuação do ISP	32
REFERÊNCIAS	34

APRESENTAÇÃO

O projeto **O que o Investimento Social Privado pode fazer por...?** é uma iniciativa do GIFE que busca ampliar a atuação dos Institutos, Fundações e Empresas no sentido de diversificar e expandir as temáticas da agenda pública contemporânea trabalhadas pelas organizações da filantropia no Brasil. O projeto consiste numa plataforma para fomentar o engajamento dos investidores sociais privados (ISP) em assuntos ainda pouco explorados pelo campo. O objetivo é refletir sobre quais são as possibilidades objetivas de contribuição das organizações para as diversas temáticas da agenda pública e seus desafios. Temas como cidades sustentáveis, mudanças climáticas, água, gestão pública, equidade racial, direitos das mulheres, migrações e refugiados, segurança pública e justiça criminal, dentre outros, já foram abordados nesta iniciativa.

Conheça mais sobre os temas na [série sobre o projeto no canal do Youtube do GIFE](#) ou no [site do projeto](#).

Além da diversificação da atuação do ISP, a iniciativa pretende identificar caminhos possíveis de intervenção, fomentar parcerias, contribuir com a articulação entre organizações investidoras e outros atores importantes em cada tema. Com isso o GIFE pretende reforçar o engajamento do campo, como um todo, em pautas da agenda pública contemporânea, ensejando também o diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030.

Assim, para cada temática, o projeto inclui as seguintes etapas: pesquisa de conteúdo e contexto; escuta de interlocutores de referência; realização de *workshop* com pessoas e organizações atuantes no tema e especialistas;

produção de vídeos temáticos; e elaboração de um guia como este. Todo o material produzido é reunido na plataforma *online*: isppor.gife.org.br.

Para desenvolver cada uma das temáticas do projeto, o GIFE conta com a parceria de organizações copromotoras, reconhecidas por sua atuação, experiência ou investimento nos assuntos abordados, sendo ao menos uma delas caracterizada como investidora social e pelo menos uma organização da sociedade civil referenciada naquela temática. No caso de Democracia, a iniciativa é desenvolvida com a participação e a curadoria da [Fundação Tide Setubal](#), [Pacto pela Democracia](#), [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento \(CEBRAP\)](#), [Uneafro Brasil](#), [Instituto de Referência Negra Peregum](#) e [Instituto Geledés](#).

Para apoiar investidores sociais que tenham interesse em iniciar ou fortalecer sua atuação no tema **Democracia**, este guia inclui: subsídios básicos relacionados ao tema, como conceitos e informações sobre panorama, contexto e tendências; desafios envolvidos; e em especial caminhos e possibilidades de atuação de organizações do ISP neste campo. Os conteúdos abordados foram produzidos a partir de entrevistas, de pesquisa bibliográfica e das contribuições do *workshop* sobre o tema realizado com especialistas em dezembro de 2020.

Com isso, esperamos chamar a atenção de atores do investimento social para a importância desta agenda, além de disponibilizar insumos e inspirar formas inovadoras e relevantes de intervir na realidade social em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

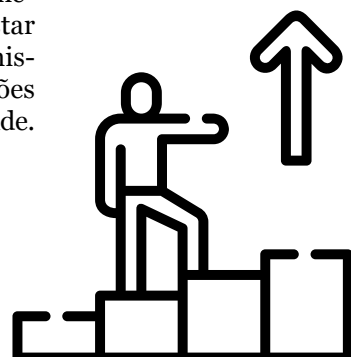


ACESSE O SITE DO PROJETO

1

DEMOCRACIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Idéias gerais sobre a democracia refletem a busca pelo bem comum, a consideração do outro e a convivência pacífica entre diferentes, o estabelecimento de parâmetros mínimos de confiança nas relações interpessoais e quanto ao papel e atuação das instituições – sejam elas formalmente vinculadas à organização da república (os poderes constituídos e o Ministério Público, a própria Constituição Federal e suas disposições, eleições livres, seguras e representativas etc.) ou não (a atuação de um jornalismo independente, o livre pensar nas universidades, o papel do associativismo comunitário e dos movimentos sociais e populares, e assim por diante). Assume-se, assim, uma perspectiva que vai além do bem-estar individual, familiar ou dos pequenos círculos. A premissa que orienta este sistema é a de que o que as questões deliberadas na esfera pública são em prol da coletividade.



O BRASIL OCUPA O
49º LUGAR
no ranking **DEMOCRACY INDEX 2020** com
pontuação geral de
6,92,
numa escala que vai de
0 a 10, compondo assim
o grupo das chamadas
**“DEMOCRACIAS COM
FALHAS”** (países com
índices entre 6 e 8).

AS OUTRAS
CLASSIFICAÇÕES SÃO:
“DEMOCRACIAS PLENAS”
(como é o caso dos 23
países com índices acima de
8), **“REGIMES HÍBRIDOS”** e
“REGIMES AUTORITÁRIOS”
(no caso dos dois grupos
com índices abaixo de 6).
(The Economist, 2020)

Na análise por
Categorias, **OS
ÍNDICES DA
DEMOCRACIA
BRASILEIRA**
(também variando
de 0 a 10) **SÃO
CLASSIFICADOS
COMO:**



**PROCESSO
ELEITORAL E
PLURALISMO:**

9,58

**FUNCIONAMENTO
DO GOVERNO:**

5,36

**PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA:**

6,11

**CULTURA
POLÍTICA:**

5,63

**LIBERDADES
CIVIS:**

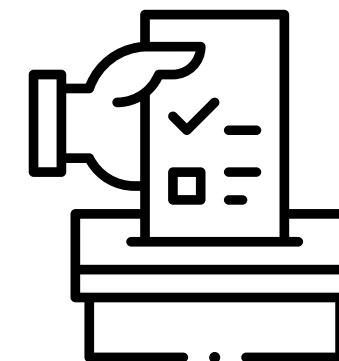
7,94

(The Economist, 2020)

Há uma **MUDANÇA
RECENTE** no
**ENTENDIMENTO DA
SOCIEDADE BRASILEIRA**
sobre **COMO DEVEM SER
TOMADAS AS DECISÕES
DO GOVERNO:** enquanto
EM 2014 APENAS
13% DAS PESSOAS
consideravam que,
**PARA TOMAR DECISÕES
IMPORTANTES PARA O
PAÍS, O GOVERNO DEVERIA
OUVIR MAIS OS TÉCNICOS
E ESPECIALISTAS, EM
2020 ESTA PARCELA
AUMENTOU PARA 42%.**



Por outro lado, **DIMINUIU
SIGNIFICATIVAMENTE A
PARCELA DA POPULAÇÃO**
que considera que **ESTAS
DECISÕES DEVEM SE BASEAR
EM UMA ESCUTA AOS
CIDADÃOS** – enquanto **83%
PENSAVAM ASSIM EM 2014,
APENAS 54% TINHAM ESSA
VISÃO EM 2020.** (Datafolha, 2020)



Em relação à
**OPINIÃO DA
POPULAÇÃO
BRASILEIRA
SOBRE AS
DEMOCRACIAS,**

75%

**DAS PESSOAS
AFIRMARAM QUE
A DEMOCRACIA
É SEMPRE A
MELHOR FORMA
DE GOVERNO,**
enquanto

10%

responderam
que, **EM CERTAS
CIRCUNSTÂNCIAS,
É MELHOR UMA
DITADURA** do
que um regime
democrático.
Para

12%

**TANTO FAZ SE O
GOVERNO É UMA
DEMOCRACIA OU
UMA DITADURA.**
(Datafolha, 2020)



Democracia na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável


Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda global adotada em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas, que devem ser atingidos até 2030 e incluem ações relacionadas a diversos temas organizados em quatro dimensões principais: social, ambiental, econômica e institucional.

Para que os ODS sejam alcançados, é fundamental o diálogo, o compromisso e o engajamento de diversos setores, incluindo os governos nacionais e locais, a sociedade civil (as organizações, coletivos e movimentos sociais), o setor privado e a academia.

O tema Democracia se relaciona a diversos objetivos, mas tem especial destaque no *Objetivo 16 – Paz, justiça e instituições fortes*:

“Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Dentre outros tópicos, este objetivo inclui metas relacionadas à redução da corrupção e suborno (16.5), ao desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis (16.6), à garantia da tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis (16.7) e ao acesso público à informação e proteção das liberdades fundamentais (16.10).

+ SAIBA MAIS

 [SOBRE OS ODS E A AGENDA 2030 na Plataforma da Estratégia ODS e na Plataforma de Filantropia dos ODS do Brasil.](#)

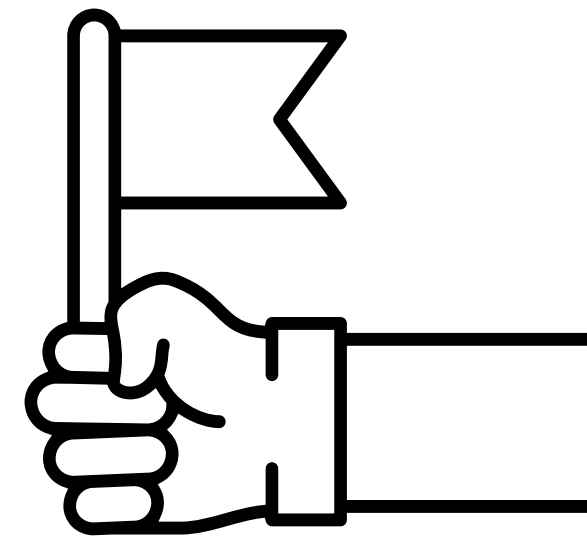
1 DEMOCRACIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

O debate sobre democracia envolve pensar as instituições e o sistema político, mas também a cultura democrática, que acontece a partir da sociedade, constituída por pessoas detentoras de direitos e com autonomia para se autodeterminar e se posicionar. Mais que uma forma de governo, a democracia é um valor que precisa ser compartilhado pela sociedade e fortalecido como cultura e exercício cotidianos.

A esse propósito, é cada vez mais admitido o entendimento de que a democracia não é plenamente exercitada enquanto vigoram flagrantes desigualdades sociais, econômicas, territoriais, ambientais, raciais e de gênero existentes em nossa sociedade. Persistem também diferenças profundas de **representatividade**, visibilidade e acesso à política e aos espaços de poder, sejam eles em instituições públicas, mas também em empresas privadas (incluindo as próprias organizações do ISP) ou comunitárias. Nesse sentido, o enfrentamento às desigualdades territoriais, de gênero, raça, etnia e sexualidade envolve o reconhecimento dos privilégios de alguns grupos da sociedade brasileira e a adoção de estratégias de fortalecimento das populações historicamente desfavorecidas.

Nessa linha, algo fundamental para o funcionamento das democracias é a **cultura e convivência democráticas**, ou seja, a ideia de que a democracia precisa ser compreendida, praticada e fortalecida de modo a valorizar pluralidades e a busca pelo bem-estar coletivo. Nos últimos anos, este tema vem à tona nos contextos políticos brasileiro e mundial, quando ganham força posturas e relações polarizadas e estigmatizadas no debate público, o que traz uma série de desafios para que princípios democráticos como o respeito às diferenças, diálogo e tolerância se efetivem.

Em decorrência de uma cultura democrática bem arraigada, uma democracia forte também fomenta e garante meios para a **participação social** efetiva de cidadãs e cidadãos – que é um direito constitucional. Se o processo político é permeável ao exercício da cidadania, quanto maior e mais qualificado o envolvimento dos indivíduos, melhores e mais legítimos serão os serviços e as políticas públicas que são elaborados e implementados



O BRASIL TEM

33

partidos políticos

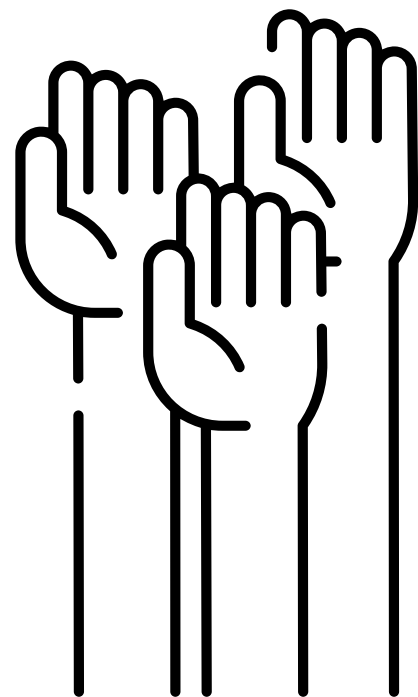
REGISTRADOS ATUALMENTE NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), sendo, também por conta dessa característica, **UM DOS PAÍSES COM MAIOR FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA NO PARLAMENTO** (ou seja, alto número de partidos com representação política na Câmara e no Senado).

1 DEMOCRACIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

por meio deste processo. Por outro lado, ao se envolverem e perceberem o retorno de sua participação, os sujeitos passam a melhor compreender a importância de seus atos, se sentem contribuindo com a coletividade e valorizam a democracia. Oferecer espaços de decisão e construção política e fomentar a cultura de participação social é um dever do Estado; entretanto, as enormes desigualdades de educação, renda, trabalho e cultura política se refletem somente junto a um pequeno estrato da sociedade, enquanto a outra – e maior – parte não sabe e nem dispõe de meios para fazê-lo.

O **ativismo, o direito à manifestação e a incidência em políticas públicas** são importantes enquanto ações e reivindicações populares legítimas. A garantia do direito ao ativismo e à manifestação, reivindicatória ou de opinião, é fundamental para dar força a grupos e territórios e descentralizar o poder para além dos espaços institucionais formais. A capacidade de exercício do controle social e a influência da sociedade sobre os processos decisórios são peças chave para tornar as políticas públicas mais justas, inteligentes, eficazes e eficientes e o Estado mais responsivo às reais necessidades da população.

Diante desses elementos e da atual conjuntura de prolongada e perseverante crise política, fica evidente que o **sistema político** precisa ser aprimorado e a cultura democrática, revigorada. Nesta virada de década, as instituições da república estão sob ataque, sendo continuamente esgarçadas e alvo de descrédito; entretanto, seu funcionamento é vital para que o jogo democrático possa funcionar e para que os direitos e as liberdades fundamentais previstos constitucionalmente sejam garantidos. Assumindo-se que a democracia requer amadurecimento e consolidação cotidianamente por todo o conjunto da sociedade, as instituições devem estar orientadas à correção e mitigação de suas lacunas. A inovação política passa por aumentar as instâncias de participação e representações, tornando-as mais porosas, transparentes e aderentes aos desejos da população e garantindo representação de pessoas negras, mulheres, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e demais grupos minorizados nos espaços de representação da república.



NO QUE SE REFERE À REPRESENTATIVIDADE DE GRUPOS MINORIZADOS NOS ESPAÇOS DE PODER, HÁ SUB-REPRESENTAÇÃO EM TODAS AS CATEGORIAS:

Na Câmara dos Deputados, entre as/os **513 DEPUTADAS/OS ELEITAS/OS** em 2018,

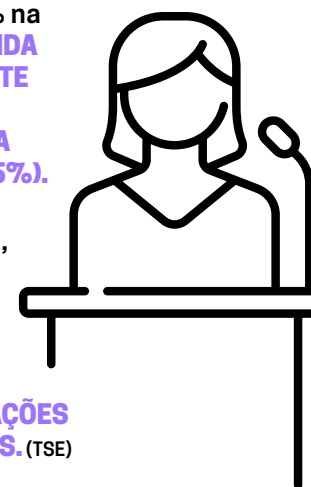
APENAS 77 SÃO MULHERES

- apesar de a representação feminina ter subido de 10% para 15% na última eleição, **AINDA FICA BEM DISTANTE DA PROPORÇÃO DE MULHERES NA POPULAÇÃO (51,5%).**

O mesmo ocorre no Senado Federal, onde apenas

14%

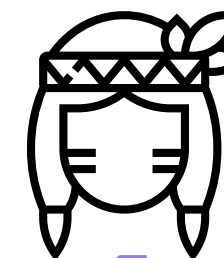
DAS REPRESENTAÇÕES SÃO DE MULHERES. (TSE)



Ainda que as eleições de 2018 tenham registrado um aumento de

386,4%

NAS CANDIDATURAS DE PESSOAS ABERTAMENTE LGBTQIA+ (em comparação com a eleição anterior para os mesmos cargos), NA ESFERA DO LEGISLATIVO FEDERAL, APENAS 1 DEPUTADO E 1 SENADOR ELEITOS EM 2018 ERAM ASSUMIDAMENTE PARTE DESTE GRUPO. (Aliança Nacional LGBTQIA+)



Em todo o Congresso Nacional, há apenas

1 REPRESENTANTE INDÍGENA COMO DEPUTADA FEDERAL. (TSE)

A GRANDE MAIORIA DAS/OS PARLAMENTARES É BRANCA:

apenas

24% das/os deputadas/os federais e

26% das/os senadoras/es se identificam como **PESSOAS NEGRAS. (TSE)**

2

DESVENDANDO O PROBLEMA: QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENVOLVIDOS?

A amplitude do debate sobre democracia traz consigo uma multiplicidade de desafios. Ter clareza das questões presentes nessa discussão é fundamental para pensar caminhos de atuação legítimos e alinhados aos problemas reais da sociedade. A seguir, são destacados alguns desses desafios, a partir do que vem sendo mais enfatizado por especialistas nos diálogos atuais em torno dessa temática.

SISTEMA POLÍTICO

- Instituições democráticas distanciadas de seu papel, com destaque a problemas em seu funcionamento e à interferência de interesses privados em sua atuação.
- Desequilíbrio regional na representação das unidades federativas, em função das distorções criadas a partir das enormes diferenças sociais e populacionais brasileiras.
- Descrença e desconfiança da sociedade nas instituições.
- Alta fragmentação partidária, levando a dificuldades na formação de alianças e coalizões e, como consequência, na governabilidade por parte do Poder Executivo.
- Baixo nível de renovação de lideranças nas forças político-partidárias.
- Sistema de voto proporcional que induz o pragmatismo político, favorecendo a promoção de candidaturas com maiores potenciais de resultados eleitorais exitosos, muitas vezes em detrimento de programas de governo fortes.
- Diminuição da participação eleitoral da população (marcada pelo crescimento nos índices de abstenção, mesmo em um sistema em que o voto é obrigatório).



Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres.



Extraído da seção Conclusões, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade -- 2014

- Poder econômico interferindo no jogo político, o que se desdobra em diversos problemas que vão desde assimetrias de espaço e desvantagens para as forças políticas com menos recursos, até dinâmicas ilegais de *lobby* e corrupção.
- Descumprimento da regra eleitoral sobre financiamento de campanha de candidaturas negras e de mulheres por muitos partidos políticos (que realizam repasses desproporcionais de recursos para estas/es candidatas/os).
- Violência política contra parlamentares mulheres, negras/os, LGBTQIA+ e indígenas.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Dinâmicas sociais baseadas na exacerbação dos interesses individuais e da esfera privada, levando a um desinteresse – e até aversão – da população pela esfera pública e pela política.
- Participação social restrita a poucos segmentos sociais com meios de organização e expressão política, com sub-representação de grupos mais vulneráveis e em situação de exclusão social, levando à reprodução das desigualdades existentes.
- Ausência de mecanismos inovadores de participação social.

- Falta de infraestrutura adequada básica em muitas instâncias de participação – falta de funcionária/os públicas/os responsáveis por acompanhar e encaminhar as decisões tomadas e sucateamento dos equipamentos (como salas de reunião, equipamentos e materiais de apoio, etc).
- Enfraquecimento das estruturas institucionais de participação social (como conselhos, comitês e comissões), majoritariamente ocupadas por profissionais da política e/ou pessoas incapazes e até mesmo contrárias aos progressos das agendas abordadas - levando a uma personalização dos debates e decisões e ao distanciamento dos grupos representados.

- Desigualdade nas de condições efetivas de participação pela população em geral, relacionadas à falta de tempo, recursos, formação e informação para que a democracia participativa se efetive.

CULTURA E CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICAS

- Extrema polarização no debate público, marcado pela dificuldade de diálogo entre grupos e pessoas que pensam diferente.
- Formação de bolhas de opinião com tendência à troca de informações e ideias apenas dentro de círculos de pessoas/grupos com mesma orientação política e ideológica.

- Dificuldade de acesso e circulação em larga escala de informações de qualidade e força da disseminação de discursos de ódio e *fake news* dominando o debate público.
- Ambiente hostil à militância política, incluindo graves ameaças e perseguições a lideranças e defensores de agendas de garantia de direitos humanos.

DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

- Racismo estrutural permeando as instâncias de participação e exercício da cidadania, sobretudo em termos de representação política.
- Sistema de justiça racista/machista, segurança pública militarizada, violência policial e exclusão territorial interferindo no direito de pessoas negras e periféricas de existirem plenamente e ocuparem seus lugares no espaço público.
- Ameaça à garantia de território para populações tradicionais, impactando mesmo suas possibilidades de existência e atuação política.
- Falta de representatividade efetiva de grupos minorizados, com destaque a mulheres, pessoas negras, jovens, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.
- Monopólio dos meios de comunicação restringindo os espaços de expressão e incidência de grupos minorizados e periféricos no debate público.

3

CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

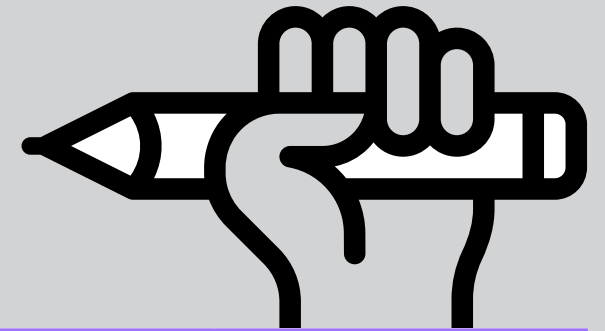
Considerando a complexidade, abrangência e urgência do debate sobre democracia e dos desafios nele envolvidos, diversas são as possibilidades de atuação que podem contribuir para transformar esse cenário. Nesse horizonte, ao lado de outros atores – como o poder público, a sociedade civil e a academia –, o ISP pode ter um papel estratégico em diferentes frentes. Os caminhos são diversos e vão desde o apoio a projetos inovadores até a produção de conhecimento, disseminação de informações públicas e incidência política. A tabela a seguir sintetiza as possibilidades abordadas neste guia, que são detalhadas em seguida.



A democratização das nossas sociedades se constrói a partir da democratização das informações, do conhecimento, das mídias, da formulação e debate dos caminhos e dos processos de mudança.



Herbert de Souza (Betinho)



LINHAS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS	O QUE O ISP PODE FAZER?	CASES
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar espaços e formas qualificadas de participação e controle social, com foco no fortalecimento da sociedade civil e da cultura democrática 	PROPOSIÇÃO DE ESPAÇOS E ABORDAGENS INOVADORES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Projeto "Maré que Queremos" (<i>Redes de Desenvolvimento da Maré</i>) Hackathon Cívico (<i>Politize!</i>)
		FORTALECIMENTO DE INSTÂNCIAS EXISTENTES DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	Programa Cidadania (<i>Instituto Votorantim</i>) Edital Fundos da Infância e da Adolescência (<i>Itaú Social</i>)
		FORTALECIMENTO DE LIDERANÇAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras – Marielle Franco (<i>Fundo Baobá</i>)
		FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO COMUNITÁRIO	Programa Mobilizadores (<i>Nossas</i>)
		FORTALECIMENTO DE OSC E REDES	Mapa Democracia Sim! (<i>Pacto pela Democracia</i>)
B INOVAÇÃO POLÍTICA E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DEMOCRÁTICO	<ul style="list-style-type: none"> Impulsionar a inovação política, por meio da ampliação da representatividade nas instituições democráticas e de mudanças no sistema político 	FOMENTO A UMA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA MAIS DIVERSA E CONECTADA COM A SOCIEDADE	Campanha Eu Voto em Negra (<i>Rede Mulheres e Democracia</i>) Elas no Congresso (<i>Revista AzMina</i>) Plataforma Antirracista nas Eleições (<i>Instituto Marielle Franco</i>)
		APERFEIÇOAMENTO NO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA POLÍTICO	Plataforma Emergência Política Tendências e Gabinete de Inovação - Intercâmbio de Práticas no Legislativo (<i>Instituto Update</i>)
		AMPLIAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL E APRIMORAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	Plataforma pela Reforma do Sistema Político Congresso Remoto (<i>Dado Capital, Observatório Legislativo Brasileiro e Pulso Público</i>) Agenda da Emergência (<i>LAUT</i>)
C CULTURA DE CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a construção de um ambiente plural no qual as opiniões e divergências possam ser expressas e valorizadas 	ESTÍMULO AO DIÁLOGO E AO PLURALISMO	Despolarize (<i>Politize!</i>) Publicação "Comunicação de causas: reflexões e provocações para novas narrativas" e campanha "Nosso Bairro, Nosso Dinheiro" (<i>Fundação Tide Setubal</i>)
		COMBATE À DESINFORMAÇÃO E ÀS FAKE NEWS	Truco no Congresso (<i>Agência Pública e Congresso em Foco</i>) Programa de Apoio ao Jornalismo e Observatório 19 (<i>Repórteres sem Fronteiras</i>) Campanha coletiva #NãoValeTudo

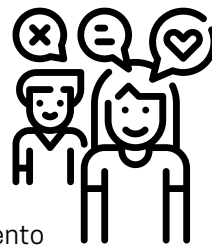
3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

A Participação social e fortalecimento da sociedade civil

Algo fundamental para o funcionamento das democracias é a participação direta de cidadãos e cidadãos, grupos, organizações da sociedade civil (OSC) e movimentos sociais nos processos de tomada de decisão política e no controle social da atuação de governos e órgãos públicos. Para que esta participação se concretize, são necessárias formas efetivas de diálogo entre o poder público e a sociedade – ou seja, canais e mecanismos que podem incluir conferências, conselhos, ouvidorias, audiências e consultas públicas, entre outros, orientados à fiscalização, acompanhamento e implementação de políticas públicas.

Considerando o potencial de diálogo, circulação e articulação entre diferentes setores que o campo do ISP tem, um caminho interessante de atuação orientada ao revigoramento da democracia pode estar justamente em fomentar espaços e formas qualificadas de participação e exercício do controle social pela sociedade civil, o que pode ser feito com as maneiras exemplificadas a seguir:

PROPOSIÇÃO DE ESPAÇOS E ABORDAGENS INOVADORES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Por meio do fomento ao desenvolvimento de novas soluções e metodologias que promovam e ensejem uma maior participação social, a partir de projetos próprios ou apoio a iniciativas já existentes. Intervenções nesse sentido podem envolver oficinas de formação política, projetos de ocupação e interferência no espaço público a partir dos desejos e demandas das comunidades (a exemplo dos bairros ou das “Cidades Educadoras”), redes locais mobilizadas em torno de agendas específicas etc.

inspire-se!

PROJETO MARÉ QUE QUEREMOS, DA REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

A Redes de Desenvolvimento da Maré é uma OSC que nasce do movimento comunitário e tem sua atuação voltada a tecer as redes necessárias para efetivar os direitos de moradores do conjunto de 16 favelas da Maré, no Rio de Janeiro. A organização conta com apoio e parceria com diversas organizações, dentre as quais estão muitas do ISP.

Dentre os projetos desenvolvidos para fomentar a mobilização e o protagonismo da população local, o Maré que Queremos conta com um conjunto de ações para envolver os moradores na construção de um plano local de desenvolvimento e ações estruturantes que impactem diretamente na qualidade de vida de quem vive na Maré. Uma das iniciativas abarcadas é o Fórum das Associações de Moradores, que reúne mensalmente, desde 2010, presidentes das 16 Associações de Moradores da Maré para construção de uma agenda de trabalho positiva, coletiva e integrada para a região, a partir da identificação e debate em torno das reivindicações da população local.

inspire-se!

HACKATHON CÍVICO, DO POLITIZE!

O Politize! é uma OSC que tem como missão formar uma nova geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia. Para isso, atua no campo da educação política, por meio da criação de conteúdo, desenvolvimento de metodologias ativas na temática de cidadania para uso em sala de aula e na formação de líderes. A organização conta com diferentes apoios, dentre os quais alguns do ISP, a exemplo da Fundação Lemann.

Um de seus projetos é o Hackathon Cívico, um evento de construção coletiva de políticas públicas realizado pela Escola do Legislativo de Santa Catarina em parceria com o Politize!, que tem por objetivo envolver os cidadãos no processo de construção de soluções para problemas públicos. Essa maratona de inovação em políticas públicas parte de um aquecimento – quando ideias de políticas públicas são expostas e equipes de trabalho são formadas –, para ir em direção a uma etapa de construção – que envolve a realização de entrevistas, questionários ou pesquisas para ampliar a relevância das ideias para a população, bem como criar a estrutura básica da política pública a ser desenvolvida –, além de uma etapa final de divulgação, que acontece por meio de um pitch (uma venda rápida da ideia). Ao fim desse processo as 3 melhores ideias são homenageadas e passam por um processo de mentoria.

inspire-se!

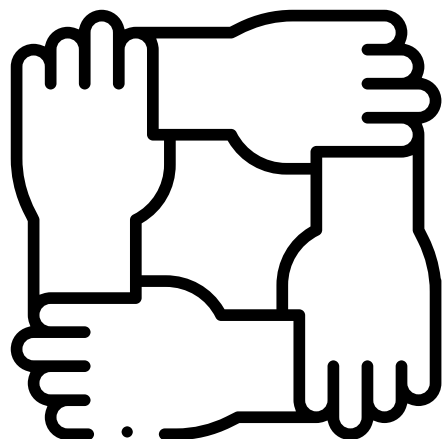
PROGRAMA CIDADANIA, DO INSTITUTO VOTORANTIM

O Programa Cidadania do Instituto Votorantim tem o objetivo de contribuir ativamente para o fortalecimento da cultura democrática brasileira a partir de dois direcionadores: via intervenções de alto impacto em territórios com presença das empresas investidas e por meio da atuação no ecossistema, ou seja, explorando sinergias com organizações sociais que atuam na causa em nível nacional. O impacto esperado é o fortalecimento da cultura democrática e a melhora dos níveis de participação política dos brasileiros. As iniciativas do programa buscam conscientizar, gerar conhecimento e dar instrumentos para que cidadãos/ãos, cientes de seus direitos e deveres, possam participar ativamente da vida pública em suas localidades.

Atualmente, o programa realiza projetos de educação política com a juventude e projetos de promoção do controle social em 16 municípios

brasileiros. As metodologias foram estruturadas a partir da experiência do LAB de Cidadania, um edital lançado em 2019 para testar diferentes abordagens para o desenvolvimento da cultura democrática em municípios selecionados. Os 5 projetos selecionados, entre 37 inscritos, foram realizados e avaliados no ano seguinte.

Outras iniciativas de destaque do programa foram: o lançamento de duas edições do “Guia do Voto”, uma focada no esclarecimento ao eleitor sobre o processo eleitoral majoritário e outra sobre as eleições municipais; a produção e divulgação em rádios locais do “Minuto da Cidadania”, com objetivo de fomentar o voto consciente de cidadãos/ãos que não recebem informação de educação política por outras vias; a aplicação do Índice de Democracia Local no município de São Paulo, a fim de medir a situação da cultura democrática na cidade; e a realização do “Cidadania em Cena”, evento online e gratuito, que contou com a participação de mais de 20 especialistas e pesquisadoras/es debatendo temas e questões relacionadas à democracia.



FORTELECIMENTO DE INSTÂNCIAS EXISTENTES DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Ainda que a criação e manutenção de muitos dos espaços de participação social (como os conselhos, fóruns, ouvidorias ou conferências) sejam responsabilidades do poder público, as organizações do ISP podem fomentar a qualificação dessas instâncias de diferentes formas – por meio da formação de suas equipes, apoio financeiro e técnico para realização de diagnósticos e outros estudos que embasem sua atuação, ou, ainda, disponibilização de equipamentos e tecnologias que potencializem seus trabalhos (em especial, no caso de localidades remotas, como comunidades rurais ou ribeirinhas e aldeias indígenas, onde as questões de infraestrutura são centrais).

inspire-se!

EDITAL FUNDOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA, DO ITAÚ SOCIAL

O **Itaú Social** tem como missão desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira e, para isso, atua por meio da formação de profissionais da educação e do fortalecimento de OSC.

Uma de suas iniciativas mais bem consolidadas é o apoio a Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Por meio do *Edital Fundos da Infância e da Adolescência* são selecionadas e apoiadas ações, serviços, programas ou projetos que contribuem para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em vários municípios do país. As destinações de recursos aos Fundos devem contribuir para que os Conselhos possam concretizar as ações por eles priorizadas e promover avanços efetivos nas políticas locais de garantia dos direitos dessa faixa de população.

Assim, indo além do mero apoio a projetos de atendimento a crianças e adolescentes, o edital também compreende modalidades de fortalecimento dos próprios Conselhos, como a elaboração de diagnóstico local e do plano municipal de garantia dos direitos de crianças e adolescentes ou elaboração de sistema de informação, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais direcionadas. Dessa forma, a Fundação direciona recursos incentivados para contribuir com o fortalecimento institucional dos Conselhos, em especial no que se refere à efetivação de seu papel e à qualificação de seus trabalhos.

Enfrentamento às desigualdades estruturais

Tendo em vista que gênero, raça, sexualidade, renda e território são marcadores de exclusão da participação democrática e de uma série de desafios, inclusive de intimidação e violência, enfrentados nos espaços políticos institucionais ou não, a adoção de posturas, práticas e estratégias que contribuam para o enfrentamento das desigualdades estruturais é um caminho necessário a ser percorrido pelas organizações do ISP.

Nesse sentido, algumas estratégias mais gerais podem ser destacadas, considerando-se que elas se relacionam de modo transversal a todas as linhas de atuação ilustradas neste guia:

- Posicionamento explícito contra o racismo e outras formas de discriminação, assumindo compromissos públicos na luta antirracista de modo geral e em casos públicos de preconceito e violência contra grupos minorizados.
- Investimento em campanhas educativas e de sensibilização para o enfrentamento ao racismo e às violências de gênero e sexualidade, com atenção à perspectiva interseccional.
- Apoio institucional a organizações de combate ao racismo, garantindo financiamento de organizações negras.
- Priorização de investimentos para organizações e causas relacionadas a populações minorizadas.
- Definição e incorporação de critérios antirracistas e antissexistas nos financiamentos de projetos e organizações, tanto para concessão dos apoios como enquanto lente de análise no acompanhamento e avaliação das parcerias.
- Apoio a iniciativas de comunicação de causas relacionadas ao enfrentamento às desigualdades estruturais.



Tem se falado muito em repactuar, de criar um novo pacto democrático no Brasil. Mas não existe possibilidade nenhuma de pensar a democracia real no país se o racismo não for um ponto central.



Eugênio Lima
- co-fundador do coletivo Legítima Defesa

inspire-se!

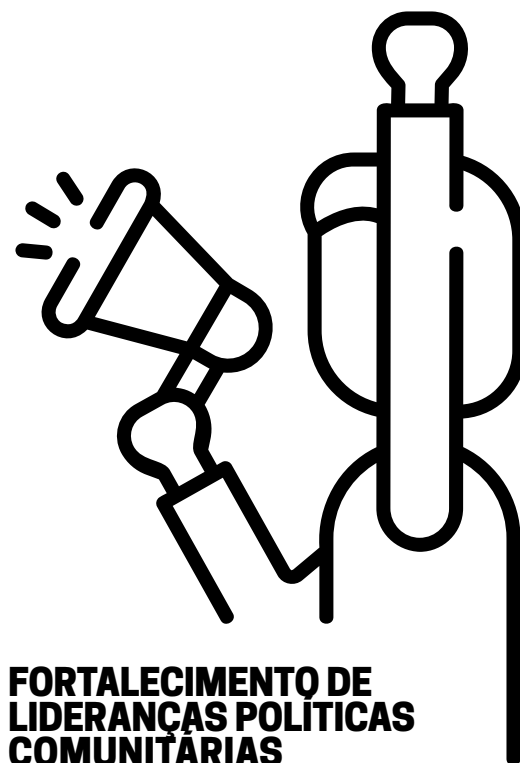
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS FEMININAS NEGRAS - MARIELLE FRANCO, DO FUNDO BAOBÁ

O Programa de aceleração do desenvolvimento de lideranças femininas negras: *Marielle Franco* é um projeto do *Fundo Baobá* voltado ao investimento na formação técnica e política de lideranças femininas negras brasileiras e no aprimoramento das capacidades de organizações da sociedade civil, grupos e coletivos liderados por essas mulheres.

O investimento se dá por meio de apoio financeiro e institucional a cerca de 20 organizações da sociedade civil, grupos e coletivos liderados por mulheres negras, além da concessão de bolsas, formação política, coaching e construção de redes de relacionamento para as 120 beneficiárias individuais.

Espera-se que, ao final de cinco anos, mulheres negras que já atuam e assumem papel de liderança em diversas áreas possam ter seu desenvolvimento acelerado, acessar espaços estratégicos de tomada de decisão, transformar o mundo a partir de suas experiências e mobilizar mais pessoas à luta antirracista, por justiça e equidade social e racial.

A iniciativa contou com três doadores iniciais: *Instituto Ibirapitanga*, *Fundação Ford*, *Open Society Foundation*. Um novo aporte da *Kellogg Foundation* foi empregado em atividades programáticas relacionadas ao Programa de Aceleração e a outros projetos, além de também poderem ser utilizados para alavancagem do próprio Fundo.



FORTALECIMENTO DE LIDERANÇAS POLITICAS COMUNITARIAS

O reconhecimento e apoio ao despontar de indivíduos que sejam referências na produção de conteúdo, ativismo e posicionamento político em comunidades periféricas, rurais e urbanas é um caminho de atuação bastante interessante. Para tanto, é possível financiar diretamente as lideranças, mas também contribuir com sua formação, o que pode ser feito por meio de premiações, capacitações, intercâmbios, e outros apoios e incentivos. Lideranças que pertençam e/ou representem grupos minorizados como pessoas negras, mulheres, indígenas, pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência, jovens de periferias urbanas ou de comunidades rurais, população sem-teto ou sem-terra, devem ser prioridades nessa estratégia. Vale destacar, ainda, a relevância de iniciativas à garantia da integridade e segurança (física e psicológica) dessas lideranças, comumente ameaçadas e violentadas nos fóruns públicos em que ocupam e desempenham suas atividades.

inspire-se!

PROGRAMA MOBILIZADORES, DO NOSSAS

O *Nossas* é uma organização que busca impulsionar o ativismo democrático e solidário no Brasil, defendendo a democracia e realizando pressão pública por um país mais justo e solidário. Desde 2011, a organização se dedica a organizar pessoas interessadas em participar

dessa rede e compartilhar tecnologias de mobilização com outros ativistas, por meio de um laboratório de ativismo dedicado a criar novas formas de as pessoas influenciarem e reinventarem a política.

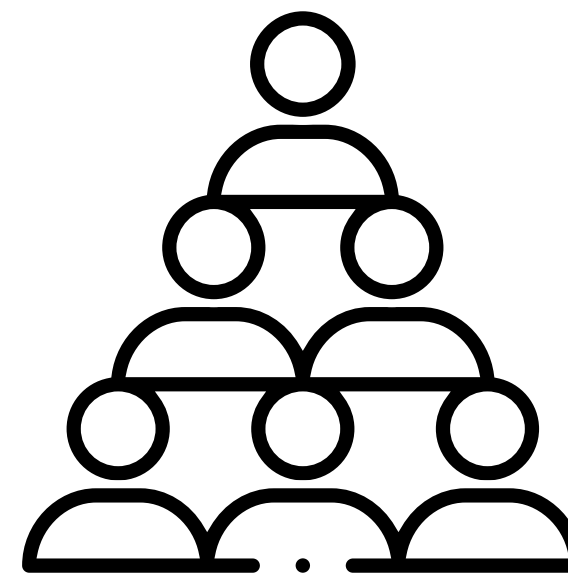
Dentre as iniciativas realizadas, o *Programa Mobilizadores* busca treinar pessoas com perfil de transformação sobre as metodologias e tecnologias

de ativismo desenvolvidas pela organização nos últimos 10 anos. O curso online e gratuito ensina a definir estratégias de campanhas, formas de se comunicar para mobilizar pessoas, caminhos para acessar atores com poder de tomar decisões públicas, a fim de pressionar pelas mudanças demandadas. Mais de 200 pessoas já passaram pelo treinamento e integram a Rede de Mobilizadores do NOSSAS.

FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO COMUNITARIO

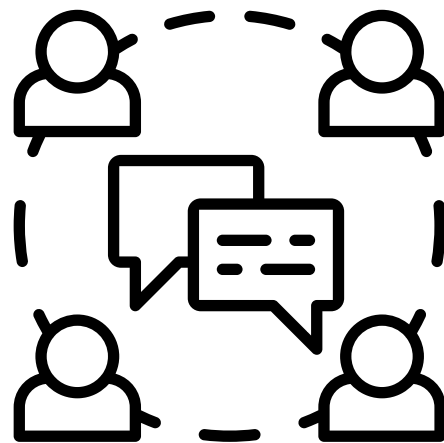
O associativismo é um dos meios pelos quais a democracia é exercitada, já que é um caminho para a busca de objetivos comuns, através do diálogo e fortalecimento dos laços de solidariedade e consideração do próximo. No que tange ao associativismo comunitário nas periferias, esse tem um papel de enorme relevância na canalização de demandas locais e também na formação de lideranças periféricas.

O ISP pode fortalecer essas instâncias, buscando garantir que associações de bairro e movimentos sociais dentro de territórios sejam espaços de congregação entre cidadãos, também com vistas à promoção de interlocução junto ao poder público – o que pode ser feito por meio de apoio financeiro e/ou instrumental, formação técnica, articulação intersetorial, etc.



3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

A Participação social e fortalecimento da sociedade civil



FORTALECIMENTO DE OSC E REDES

Reconhecendo a importância da sociedade civil organizada para a constituição de tecidos sociais fortalecidos, o ISP pode atuar de diferentes maneiras para ampliar a capacidade de OSCs e redes que tenham papel relevante para a garantia de direitos, o exercício da cidadania e a justiça social.

Nesse sentido, o apoio a organizações e coletivos pequenos e incipientes (formais ou informais) tem especial valor, uma vez que eles costumam encontrar maiores desafios para acessar recursos financeiros e técnicos, bem como também requerem estratégias e modelos de parcerias mais específicos às suas realidades (mais simplificados, flexíveis e contínuos). Além do apoio direto a essas organizações, garantindo-se sua sustentabilidade e robustecimento institucional, isso não necessariamente precisa ser vinculado à execução de projetos, pois a pura existência de mobilizações sociais desse gênero em prol de causas públicas é, em si, saudável ao ambiente democrático.

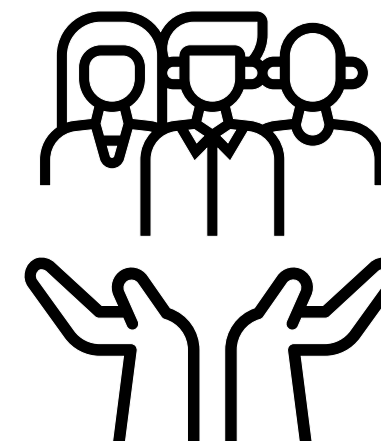
De todo modo, e também no sentido de fortalecer essa tecitura, é possível atuar fomentando a conexão e articulação entre diferentes organizações, numa perspectiva de formação de redes de OSCs – por exemplo, com a realização de oficinas e seminários, eventos para troca de experiências, prêmios ou programas de intercâmbio. Finalmente, a valorização desse setor pode ser potencializada por meio da produção de informações e disseminação de conhecimento a seu respeito, o que pode envolver a realização de diagnósticos e mapeamentos, criação de plataformas, publicações sobre cases de sucesso, entre outras.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

B Inovação política e aperfeiçoamento do sistema democrático

Diante do atual contexto de crise pela qual passam diversas instituições democráticas e de descrédito no regime político, faz-se urgente mitigar as falhas existentes e resgatar a confiança dos cidadãos nas instituições e em seus próprios reconhecimentos enquanto atores políticos. Ainda que este seja um campo de responsabilidade predominante do poder público, outros setores podem desempenhar papéis relevantes nesse sentido, incluindo o ISP.

A inovação política passa por aumentar e qualificar as instâncias de participação, na lógica da democracia participativa discutida anteriormente, mas também a dinâmica de representação política, de modo a tornar as instituições mais transparentes e permeáveis aos anseios da população. Além disso, são necessárias mudanças nas compreensões sobre o espaço político e nas regras do jogo eleitoral que vigoram. Nesse sentido, algumas estratégias de atuação que podem ser desenvolvidas pelo ISP são destacadas a seguir.



FOMENTO A UMA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA MAIS DIVERSA E CONECTADA COM A SOCIEDADE

A ideia de representatividade remete à política (e ao próprio espaço público) abrigar novas caras, que reflitam melhor a demografia brasileira. Assim, é preciso fomentar que mais mulheres, jovens, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e demais grupos minorizados ocupem a arena pública, ampliando suas ideias, vozes e ação de modo a pautarem o debate público.

Um caminho para isso daria-se pela reformulação da lógica de representação nos partidos, ampliando as condições concretas (tempo de televisão, valores das campanhas, etc.) de participação política dessas pessoas, podendo – ou não – se cristalizarem em

candidaturas, mas também concretizarem seus mandatos com altivez e em segurança. Nesse sentido, é importante que as ações desenvolvidas não se restrinjam ao período eleitoral, em especial no caso de lideranças de grupos historicamente desfavorecidos que sofrem com violências institucionais e ameaças de toda ordem. O ISP pode contribuir aqui, desde a formação e qualificação de lideranças para candidatos de grupos minorizados, até o apoio a projetos e plataformas de fomento a candidaturas diversas, passando também pela produção de conhecimento e acompanhamento da atuação de representantes políticos durante seus mandatos.

inspire-se!

MAPA DEMOCRACIA SIM!, DO PACTO PELA DEMOCRACIA

O Pacto pela Democracia é uma ampla articulação da sociedade civil constituída por mais de 150 organizações (dentre as quais muitas do ISP), movimentos e atores da sociedade com o objetivo de trabalhar pela defesa e pelo aprimoramento da vida política e democrática no Brasil. Para isso, o trabalho é orientado por três eixos centrais: promoção da cultura democrática; defesa e revigoração da institucionalidade democrática; e fortalecimento da articulação de redes e de ação conjunta na sociedade civil e no universo político.

Dentre suas linhas de atuação, são realizados mapeamentos, que envolvem pesquisa, identificação e categorização de iniciativas de defesa e qualificação da democracia brasileira. O *Mapa Democracia Sim!* identifica mais de 300 iniciativas e organizações que atuam pela defesa e revitalização da democracia no Brasil. Elas estão organizadas em quatro macrocategorias: i) cultura democrática; ii) defesa de liberdades e instituições democráticas; iii) inovação política e revigoração democrático; e iv) comunicação e esfera pública. Com este projeto, busca-se mostrar que, apesar do ambiente de deterioração da política no país, a sociedade civil brasileira segue ativa, organizada e vibrante na defesa da democracia e de suas múltiplas agendas.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

B Inovação política e aperfeiçoamento do sistema democrático

inspire-se!

PLATAFORMA ANTIRRACISTA NAS ELEIÇÕES, DO INSTITUTO MARIELLE FRANCO

O Instituto Marielle Franco é uma organização criada pela família da vereadora assassinada em março de 2018 juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, cuja missão é inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário.

Dentre as iniciativas do Instituto, a PANE - Plataforma Antirracista nas Eleições foi criada no contexto eleitoral de 2020 com a intenção de reunir as ações e ferramentas que promovam mudanças nas estruturas do sistema político no Brasil. Dentre as ações elencadas, foi realizado, em parceria com a Educafro, o Movimento Mulheres Negras Decidem e a Coalizão Negra por Direitos, um trabalho de *advocacy* junto ao Tribunal Superior Eleitoral, pressionando pela distribuição proporcional de financiamento e tempo de propaganda para candidaturas negras nas eleições. Depois da aprovação desta medida a partir de 2022, ainda nas eleições de 2020, a iniciativa iniciou uma mobilização dos partidos políticos para já implantarem as recomendações, mesmo que elas ainda não sejam mandatórias. Além disso, a plataforma criou a Agenda Marielle, a partir da sistematização e dos aprendizados da atuação política da vereadora carioca, propondo 7 práticas e 7 pautas antirracistas, feministas e populares que todas as candidaturas que se inspiram em Marielle devem se comprometer.

inspire-se!

CAMPANHA EU VOTO EM NEGRA, DA REDE MULHERES E DEMOCRACIA

A campanha *Eu Voto em Negra* é voltada à representatividade política, fomentando a maior presença de mulheres negras no poder. A ação faz parte do projeto Mulheres Negras e Democracia, que atua em toda a região nordeste do Brasil, uma iniciativa da Rede Mulheres e Democracia, que é articulada pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN), o Centro das Mulheres

do Cabo (CMC) e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), em parceria com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. O projeto conta com apoio do Fondo de Mujeres del Sur, uma fundação feminista que atua para transformar as realidades das mulheres e pessoas LGBTQIA+ e suas comunidades, por meio da mobilização de recursos para o apoio a grupos e organizações e ao fortalecimento dos movimentos feministas e de diversidade na América Latina.

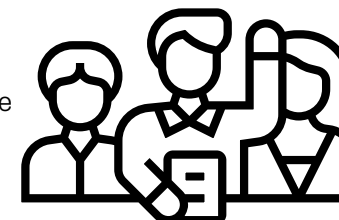
inspire-se!

ELAS NO CONGRESSO, DA REVISTA AZMINA

O *Elas no Congresso* é um projeto da Revista AzMina que usa dados públicos do Congresso Nacional para monitorar os direitos das mulheres no poder legislativo, com a intenção de tornar o monitoramento legislativo mais acessível para a sociedade, a imprensa e as organizações que atuam com essa temática.

As ações realizadas envolvem a criação de uma robô que transmite informações via Twitter relacionadas às tramitações diárias de projetos de lei sobre temas de gênero, a publicação de um site com um ranking dos parlamentares brasileiros de acordo com sua atuação nas temáticas de gênero e a produção de conteúdos sobre como os direitos das mulheres estão sendo pautados no poder legislativo no site da Revista AzMina e em uma *newsletter* temática semanal. A iniciativa conta com apoio da Open Society Foundations e foi selecionada pelo Google News Initiative na América Latina, programa de incentivo ao jornalismo na era digital.

APERFEIÇOAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA POLÍTICO



Mesmo externamente ao poder público, a sociedade civil pode e tem fomentado mudanças nas regras do jogo eleitoral e no funcionamento do sistema político, abrindo espaço para que novas práticas políticas possam emergir dentro das instituições oficiais ou à margem delas.

As organizações do ISP podem fomentar projetos inovadores que proponham novas práticas e dinâmicas políticas, realizar mapeamentos e publicização de iniciativas inovadoras, criar espaços de troca de experiências bem sucedidas de inovação no sistema político, ou, ainda, realizar ações de articulação e *advocacy* para pressionar por mudanças no sistema político, propondo as reformas políticas necessárias.

inspire-se!

INSPIRE-SE!: PLATAFORMA EMERGÊNCIA POLÍTICA TENDÊNCIAS E GABINETE DE INOVAÇÃO - INTERCÂMBIO DE PRÁTICAS NO LEGISLATIVO, DO INSTITUTO UPDATE

O Instituto Update é um Think-and-Do Tank de inovação política na América Latina que busca estimular a construção de um novo paradigma político do século 21, contribuindo para a atualização da democracia latinoamericana por meio do fortalecimento do campo de inovação política e das práticas políticas emergentes que atuam na região e promovem experimentos disruptivos. Para isso, o instituto funciona como um laboratório de compreensão, difusão e promoção da troca entre os atores do campo. A organização conta com recursos financeiros de pessoas físicas e investimentos de institutos e fundações do ISP, dentre os quais estão:

Instituto Betty & Jacob Lafer, OAK Foundation, BMW Foundation, Fundação Tide Setubal, Fundação Avina, Fundação Porticus, Instituto Arapyau, Instituto PDR e Open Society Foundation.

Fruto de uma ampla pesquisa realizada, foi criada a plataforma *Emergência Política Tendências*, que busca dar luz a um ecossistema de novas práticas e projetos políticos. Nela, são reunidas 700 iniciativas mapeadas em 21 países da América Latina, classificadas por tipo e tema: comunicação independente, controle social, cultura política, governo 2.0, participação cidadã e transparência & accountability.

Já o projeto *Gabinete de Inovação - Intercâmbio de Práticas no Legislativo* é realizado em parceria com o Pacto pela Democracia e reúne chefes de gabinetes e coordenadores institucionais de mandatos das casas legislativas de todo o Brasil para compartilharem e construir caminhos para a inovação nos parlamentos brasileiros.

inspire-se!

PLATAFORMA PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

A Plataforma pela Reforma do Sistema Político é formada por dezenas de OSCs e busca consolidar propostas dos movimentos sociais para uma reforma política aderente às necessidades que a sociedade brasileira percebe no atual arranjo. Abrindo espaço para o envio de propostas, a iniciativa traz um espaço de debate e elaboração de versões para a Reforma Política sugerida. A plataforma está estruturada em 5 eixos centrais: i) fortalecimento da democracia direta, ii) fortalecimento da democracia participativa, iii) aperfeiçoamento da democracia representativa, iv) democratização da informação e v) comunicação e democratização do sistema de justiça.

inspire-se!

AGENDA DA EMERGÊNCIA, DESENVOLVIDA PELO LAUT

A *Agenda da Emergência* é uma ferramenta desenvolvida pelo LAUT para catalogar atos e comportamentos de autoridades estatais que podem trazer risco à liberdade e à democracia no Brasil. A iniciativa faz o registro (atualizado semanalmente) de eventos com grande repercussão e outros que passaram despercebidos no cotidiano da população, mas que podem trazer mudanças relevantes.

Cada evento é classificado por tipo de poder, que pode ser formal – quando é disciplinado pela legislação, que, em geral, requer o "uso da caneta" e a observação de ritos e procedimentos – ou informal – exercido por códigos de sinais da vida política (incluindo liturgias, discursos, negociações, interações, compromissos olho-no-olho, apertos de mão, comandos de autoridade etc.). Além disso, com a intenção de apontar os tipos de risco que os eventos representam, eles estão classificados com cores, como: “medidas de emergência” – que são atos que trazem como justificativa o enfrentamento da pandemia de COVID-19 ou outra emergência, e podem incluir restrição a direitos fundamentais, aumento de poder de polícia, centralização de poder ou flexibilização de controle –; ou “estoque autoritário” – que são atos que empregam ferramentas da constante reinvenção autoritária, divididos entre redução de controle e/ou centralização, violação da autonomia institucional, construção de inimigos, ataque a pluralismo e minorias e legitimação da violência e do vigilantismo. Nas fichas de cada evento, é possível encontrar informações sobre o contexto do ato, com fontes de referência, as ligações do ato com outros eventos catalogados, além de algumas indicações de leitura sobre os temas envolvidos.

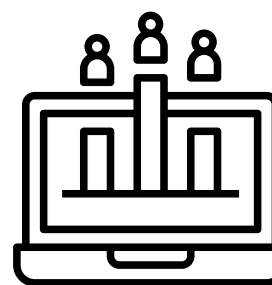
O Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) é uma instituição independente e apartidária de pesquisas interdisciplinares, comprometida em produzir e disseminar conhecimento sobre a qualidade do Estado de Direito e da democracia. O LAUT tem como objetivo monitorar as diversas manifestações do autoritarismo e de repressão às liberdades, a fim de fundamentar a mobilização da sociedade civil e a defesa das liberdades. A organização tem como apoiadores: Open Society Foundations, Instituto Ibirapitanga, Fundação Tide Setubal, Instituto Clima e Sociedade e Ford Foundation.

inspire-se!

CONGRESSO REMOTO, UMA PARCERIA ENTRE DADO CAPITAL, OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO BRASILEIRO E PULSO PÚBLICO

O Congresso Remoto produz dados e análises sobre o sistema político brasileiro para a sociedade civil organizada, visando a fortalecer sua capacidade de monitoramento e participação no processo legislativo durante o período de funcionamento excepcional do parlamento, resultante das exigências de distanciamento social decorrentes da pandemia de COVID-19. A iniciativa inclui uma plataforma de acompanhamento do que tramita no Congresso durante o regime especial, boletins e notas com análises sobre o novo regimento, funcionamento e conjuntura do parlamento, além de um podcast que discute a fundo a dinâmica do Congresso durante seu regime especial.

O projeto é realizado em parceria entre Dado Capital, o Observatório Legislativo Brasileiro e o Pulso Público e conta com apoio institucional da Rede de Advocacy Colaborativa e financiamento da Fundação Avina e da Laudes Foundation.



AMPLIAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL E APRIMORAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Uma série de iniciativas pode ser desenvolvida para criar condições de acompanhamento qualificado do funcionamento das instituições democráticas, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e também os partidos políticos. A produção e ampla divulgação de informações de interesse público, por meio de boletins, rankings e índices, plataformas interativas e outras soluções que possibilitem leituras de forma simplificada e com fácil navegabilidade por dados públicos é um caminho que pode contar com importante apoio do ISP, seja criando projetos nessa linha ou mesmo potencializando os já existentes.

Adicionalmente, esse tipo de iniciativa pode induzir o desdobramento de estratégias de mobilização da sociedade e pressão política sobre as instituições públicas, o que pode ser feito por meio de campanhas, ações direcionadas a pautar os meios de comunicação e *advocacy*.

Democratização das estratégias de financiamento

A fim de fortalecer uma perspectiva democrática não apenas como objeto ou tema de atuação, mas também como prática – transversal mesmo às formas de intervenção –, cabe às organizações do ISP repensarem seus modelos e lógicas de investimentos. Nesse sentido, novas formas de financiamento podem ser direcionadas no sentido de:

- Criação de espaços e processos de escuta efetiva a indivíduos, grupos e organizações a serem potencialmente apoiados, a fim de qualificar as estratégias de construção, lançamento, divulgação e seleção de editais, outros mecanismos de financiamento e abordagens de relacionamento e acompanhamento das parcerias.
- Canalização de recursos para iniciativas negras, periféricas, de povos e comunidades tradicionais e lideradas por mulheres.
- Fortalecimento institucional e programático de organizações e movimentos comunitários.
- Investimento no desenvolvimento institucional das organizações apoiadas, para além da lógica restrita ao apoio por projetos e atividades.
- Redução das exigências burocráticas envolvidas no acesso aos recursos financeiros (documentação e modelos de escrita de projetos e de prestação de contas), a fim de favorecer organizações pequenas e com pouca estrutura formal.
- Apoios de médio e longo prazo, fomentando uma perspectiva mais sistêmica de transformação e amadurecimento das organizações apoiadas e que considere as complexidades sociais e institucionais onde estão inseridas.
- Descentralização dos recursos, de modo que eles alcancem a ponta de fato, nas periferias, em iniciativas com baixo nível de formalização e em territórios fora do eixo RJ-SP e dos centros urbanos.

3 CAMINHOS DE ATUAÇÃO: COMO O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO PODE CONTRIBUIR?

Cultura de convivência democrática

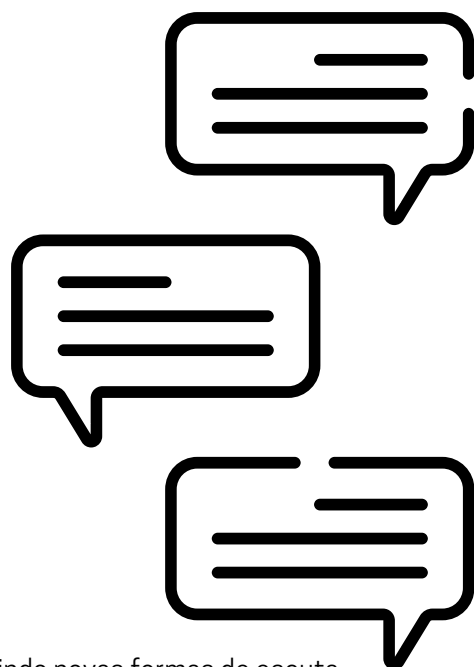
A força de uma democracia passa pela qualidade, vivacidade e pluralidade do debate público que é capaz de se reproduzir em seu seio. As diferenças de opiniões e visões sempre existiram e são um elemento central para o bom funcionamento das democracias. Não corresponde a um ambiente de consolidada convivência democrática aquele em que há pouca margem para o contraditório e para divergências, ou em que elas não possam ser expressas e valorizadas. O campo do ISP tem notável potencial de contribuição à construção de um ambiente multimodal, no qual as opiniões possam se manifestar com liberdade e em que informações de qualidade orientam e pautam o debate público – lançando mão, para isso, de diferentes focos e estratégias.

ESTÍMULO AO DIÁLOGO E AO PLURALISMO

Compreender as atuais dinâmicas de comunicação e de manifestações de opinião numa conjuntura de grande polarização, potencializada pelo acentuado uso das mídias sociais, é muito importante. Identificar as origens dos desafios e os obstáculos para que conversas de qualidade frutifiquem é um movimento importante no atual cenário. Além disso, urge a necessidade de serem desenvolvidas estratégias voltadas à proposição e experimentação de caminhos distintos para o diálogo,

incluindo novas formas de escuta, tanto no âmbito individual (relações entre pessoas), como institucional (na perspectiva do posicionamento de OSCs, movimentos sociais, coletivos, partidos políticos e veículos de comunicação).

Para tanto, organizações do ISP podem atuar por meio da produção de conhecimento, promoção de encontros inclusive a partir dessas novas mídias diversas (podcasts, lives, etc), formações, e assim por diante.



inspire-se!

PUBLICAÇÃO COMUNICAÇÃO DE CAUSAS: REFLEXÕES E PROVOCÇÕES PARA NOVAS NARRATIVAS, DA FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL

A publicação *Comunicação de causas: reflexões e provocações para novas narrativas* é uma iniciativa da Fundação Tide Setubal, em parceria com o Instituto Alana e da Rede Narrativas, que se propõe a refletir sobre novas possibilidades de comunicação de causas, investigando quais mudanças de posturas e abordagens o campo progressista precisa percorrer para conseguir se comunicar melhor e efetivamente com o público conservador. Com isso, a publicação busca apoiar organizações do terceiro setor (OSC, ISP, movimentos sociais, grupos e coletivos), em especial comunicadoras e comunicadores que nelas atuam, a fomentar a reflexão em torno desse desafio. A premissa que orienta a reflexão é a de que existe um terreno comum, um conjunto de valores partilhados, entre os campos progressista e conservador, mas que, por uma série de fatores de conjuntura, têm se distanciado a tal ponto que o diálogo tem se tornado, cada vez mais impraticável.

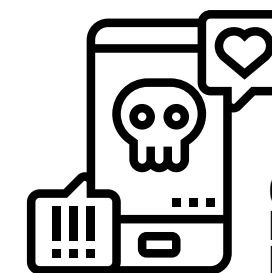
A construção do conteúdo partiu dos resultados da pesquisa *O Conservadorismo e as Questões Sociais* (realizada em 2019 pela Fundação Tide Setubal, em parceria com o Plano CDE) e contou com a realização de entrevistas com especialistas e de uma oficina que reuniu diferentes atores para uma reflexão e produção coletiva sobre os temas abordados.

Outro projeto que se desdobra desta iniciativa é a campanha “Nosso Voto, Nosso Bairro, Nosso Direito”, realizada em parceria com a Estratégia Brasil durante as eleições de 2020, que desenvolveu estratégias de pesquisa e teste de mensagens para identificar com maior precisão os melhores caminhos para se conectar com os públicos-chave da campanha. A metodologia demonstrou que aplicar técnicas de escuta à estratégia de campanha de causa pode contribuir para o bom desempenho do trabalho.

inspire-se!

DESPOLARIZE, UM PROJETO DO POLITIZE!

O *Despolarize* é um projeto do Politize! que busca promover o diálogo entre quem pensa diferente, de modo a contribuir para uma sociedade mais forte e resiliente à polarização e ao sectarismo. Para isso, oferece ferramentas gratuitas, como guias práticos, atividades e um mini-curso para que as pessoas possam conviver e se comunicar melhor, mesmo sem concordar.



COMBATE À DESINFORMAÇÃO E AS FAKE NEWS

A qualidade do debate público passa pela veiculação de informações verídicas e de qualidade, de modo que as distorções de dados, os discursos de ódio e a circulação de notícias falsas configuram grandes desafios para o desenvolvimento e o vicejar da cultura democrática – e o ISP pode apoiar o desenvolver de estratégias para seu enfrentamento. Para isso, é possível fortalecer iniciativas de checagem de notícias ou jornais e mídias independentes, identificar e apoiar micro-influenciadores locais (pessoas e coletivos com papel relevante na opinião pública em nível comunitário), fomentar de desmonetização de sites e veículos de *fake news*, criar ou apoiar projetos inovadores voltados à veiculação de informações confiáveis, posicionar-se publicamente em articulação com outras organizações em relação à disseminação de informações falsas.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia. É o clarim da soberania popular e direta tocando no umbral da Constituição para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

Ulysses Guimarães - Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Discurso de Promulgação, 1988

inspire-se!

TRUÇO NO CONGRESSO, UM PROJETO DE CHECAGEM DA AGÊNCIA PÚBLICA E DO CONGRESSO EM FOCO

O *Truco no Congresso* é um projeto de fact-checking permanente sobre o dia a dia parlamentar realizado em parceria pela Agência Pública (que recebe apoio institucional da Ford Foundation e da OAK Foundation) e o Congresso em Foco. Com a intenção de acompanhar de perto, monitorar e checar o trabalho dos deputados federais e senadores, de modo

que a sociedade possa compreender e participar do debate sobre os rumos do país, o projeto tem proposta inspirada no jogo de cartas “truco”.

A partir da checagem das frases mais relevantes apresentadas pelos congressistas dentro e fora do plenário, cruzando dados referentes ao que foi dito e a verificação dos projetos de lei apoiados pelas bancadas, as cartas correspondentes são distribuídas, como um recurso para mostrar para o público até que ponto o que os parlamentares dizem

é verdadeiro, se o contexto correto muda a informação ou se o que falam é simplesmente um blefe. Além das cartas, todas as semanas o projeto “pede o Truco” a alguns congressistas, desafiando-os publicamente para que expliquem melhor falas, dados ou promessas polêmicas. O projeto também pode assumir posicionamento de discordância em relação a suas posições, quando essas propostas são consideradas perigosas para a democracia e os direitos humanos - nestes casos, carimba-se com a carta “Que medo!”, acompanhada de uma matéria explicando o porquê.

inspire-se!

PROGRAMA DE APOIO AO JORNALISMO E OBSERVATÓRIO 19, DA REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS

A *Repórteres sem Fronteiras (RSF)* é uma OSC independente com status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), na Unesco, no Conselho da Europa e na Organização Internacional da Francofonia (OIF), orientada à defesa da liberdade de expressão e a de imprensa enquanto alicerces de qualquer democracia. Suas ações e projetos buscam ampliar o acesso à informação e ao jornalismo produzido de forma independente.

Dentre as iniciativas desenvolvidas, o *Programa de Apoio ao Jornalismo (PAJOR)* atua no fortalecimento da mídia independente e na promoção da liberdade de imprensa no Brasil, contribuindo com o fortalecimento de 8 veículos de comunicação, espalhados por 4 estados do país. No trabalho com essas organizações de mídia, o programa busca desenvolver ações de fortalecimento institucional, oferecer capacitação em proteção e segurança, promover construção de redes por meio de intercâmbios e produções colaborativas e mobilizar a luta em defesa da liberdade de expressão e de imprensa.

Já o *Observatório 19* é uma iniciativa que surge no contexto da crise sanitária decorrente do COVID-19 e tem como objetivo compilar casos de ataques à imprensa e limitações à livre circulação de informações diretamente relacionados à pandemia em todo o mundo. Com isso, busca-se monitorar o impacto da pandemia no exercício do jornalismo e documentar a censura de Estado, a deliberada propagação de desinformação sobre a pandemia e seus efeitos sobre o direito ao acesso a informações confiáveis. Da mesma forma, o site traz uma série de recomendações sobre práticas de prevenção para jornalistas.

inspire-se!

CAMPANHA COLETIVA #NÃOVALETUDO

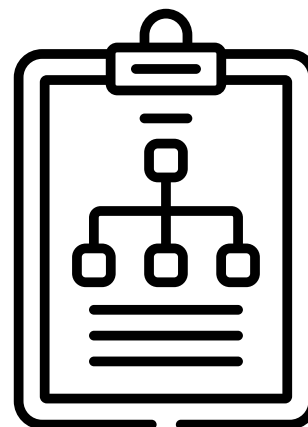
Fruto de um esforço coletivo apartidário entre AppCívico, Idec, Internet Lab, Instituto Tecnologia & Equidade, Instituto Update, Transparência Partidária e Open Knowledge Brasil, o movimento *#NãoValeTudo* foi criado para discutir o uso de tecnologia para fins eleitorais. Posicionando-se no contexto das eleições de 2018 de uma forma simples, a iniciativa consistiu na publicação de uma carta discutindo a tecnologia e a ética nas eleições. Nela, defende-se a responsabilização pela tecnologia na política, a publicação de informações detalhadas sobre o uso de tecnologias para fins eleitorais e a liberdade de expressão e crítica das cidadãs e cidadãos; além disso, repudia-se a produção e disseminação de notícias falsas, a manipulação da percepção do público a partir da criação e do uso de perfis falsos e o uso não informado de robôs. Dentre as organizações signatárias, estão algumas do ISP.

4

RECOMENDAÇÕES FINAIS PARA ATUAÇÃO DO ISP

COMO É POSSÍVEL
INFERIR DOS
DIVERSOS TÓPICOS
AQUI DESENVOLVIDOS
E CASES QUE OS
ILUSTRAM, AS
POSSIBILIDADES
DE ATUAÇÃO DO
ISP NO TEMA DE
DEMOCRACIA SÃO
DIVERSAS E, EM
SÍNTESE, INCLUEM
LINHAS DE:

- Fomento à criação de espaços e soluções inovadores, visando o aperfeiçoamento do sistema político e das instituições democráticas;
- Criação e fortalecimento de instâncias e ferramentas que qualifiquem a participação e o controle social;
- Fortalecimento da sociedade civil organizada, com destaque ao desenvolvimento institucional de organizações de base, periféricas e lideradas por grupos minorizados;
- Produção e disseminação de conhecimento e experiências bem sucedidas;
- Qualificação do debate público;
- Incidência e *advocacy*.



ALÉM DAS ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS ABORDADAS AO LONGO DO GUIA, ALGUNS DIRECIONAMENTOS GERAIS DE ATUAÇÃO E PONTOS DE ATENÇÃO TRANSVERSAIS PARA A ATUAÇÃO DO ISP NO TEMA DE DEMOCRACIA PODEM SER DESTACADOS:

■ O ISP tem um forte potencial de multiplicar conhecimentos existentes e desenvolver ferramentas e metodologias inovadoras.

■ Os institutos e as fundações dispõem de conhecimento e experiência em diferentes formas de atuação em articulação com outros atores e setores, tendo grande capacidade de criar arranjos colaborativos entre instituições para ampliar a escala e relevância dos resultados alcançados pelas iniciativas sociais.

■ Iniciativas privadas têm uma potente capacidade na busca por soluções que contribuam com o desenvolvimento sustentável e o alcance da Agenda 2030: em parceria com o setor público e a sociedade civil, o setor privado pode desenvolver mecanismos que fomentem a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

■ É preciso adotar uma perspectiva estratégica para realizar intervenções mais estruturantes e investimentos em causas raízes. O investimento no fortalecimento da democracia deve ser encarado como fundante (ou meio para qualquer outra causa), pois sem ela erode-se o espaço de contribuição cívica do terceiro setor.

■ O investimento na agenda democrática requer desconstruir medos, resistências e preconceitos, compreendendo que o setor privado pode e deve se envolver em defendê-la e promovê-la.

■ Para além do investimento direto e da realização de intervenções diretas, o ISP deve usar seu poder para ações de articulação e *advocacy*, influenciando políticas públicas de ações afirmativas, combate às desigualdades e fortalecimento da cultura democrática.

■ O debate sobre democracia envolve temas polêmicos, delicados e complexos e o real enfrentamento aos desafios existentes implica também tocar em questões estruturais da sociedade como um todo – como as desigualdades de classe, raça e gênero, ou a corrupção, em outro exemplo.

■ As questões enfocadas neste guia – como representatividade, participação e controle social, cultura de convivência democrática, por exemplo – não esgotam a reflexão sobre o tema de democracia e, tampouco, as possibilidades de atuação dos investidores sociais interessados em dialogar com este campo e em somar esforços rumo a uma sociedade mais justa, inclusiva, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

MATERIAIS REFERÊNCIA DE PESQUISA (TEXTOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS):

AIETA, Vânia. (22 de julho de 2019). "Os desafios da democracia contemporânea e a democracia educada". OAB/RJ. Coluna. Disponível em: <https://www.oab.rj.org.br/colunistas/vania-aieta/os-desafios-democracia-contemporanea-democracia-educada>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

DATAFOLHA. (2020). *Democracia e ditadura*. Jun. 2020. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml>.

ESTRATÉGIA ODS. (22 de outubro de 2018). *Estratégia ODS*: <http://www.estrategiaods.org.br/>.

GIFE. (2020). Hotsite do projeto *ISP Por*: isppor.gife.org.br.

THE ECONOMIST. (2020). *Democracy Index 2020*. Disponível em: https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/#mktoForm_anchor

CASES ("INSPIRE-SE"):

Projeto "Maré que Queremos" (Redes de Desenvolvimento da Maré): <https://www.redesdamare.org.br/br/info/17/mare-que-queremos>

Hackathon Cívico (Politize!): <https://www.politize.com.br/hackathon/>

Programa Cidadania (Instituto Votorantim): <https://programacidadania.org.br/>

Edital Fundos da Infância e da Adolescência (Itaú Social): <https://prosas.com.br/editais/5407-edital-fundos-da-infancia-e-da-adolescencia-2019>

Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras – Marielle Franco (Fundo Baobá): <https://baoba.org.br/programa-de-aceleracao-do-desenvolvimento-de-liderancas-femininas-negras-marielle-franco/>

Programa Mobilizadores (Nossas): <https://www.mobilizadores.nossas.org/>

Mapa Democracia Sim! (Pacto pela Democracia): <https://mapademocraciasim.org/>

Campanha Eu Voto em Negra (Rede Mulheres e Democracia): <http://euvotoemnegra.com.br/>

Elas no Congresso (Revista AzMina): <https://www.elasnocongresso.com.br/>

Plataforma Antirracista nas Eleições (Instituto Marielle Franco): <https://www.paneantirracista.org/>

Plataforma Emergência Política Tendências e Gabinete de Inovação - Intercâmbio de Práticas no Legislativo (Instituto Update): <https://tendencias.institutoupdate.org.br/> e <https://www.gabinetedeinovacao.org/>

Plataforma pela Reforma do Sistema Político: <https://reformapolitica.org.br/>

Congresso Remoto (Dado Capital, Observatório Legislativo Brasileiro e Pulso Público): <https://www.congressoremoto.org.br/>

Agenda da Emergência (LAUT): <https://agendadeemergencia.laut.org.br/>

Despolarize (Politize!): <https://despolarize.org.br/>

Publicação "Comunicação de causas: reflexões e provocações para novas narrativas" e campanha "Nosso Bairro, Nosso Dinheiro" (Fundação Tide Setubal): <https://fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/comunicacao-de-causas-reflexoes-e-provocacoes-para-novas-narrativas/>

Truco no Congresso (Agência Pública e Congresso em Foco): <https://apublica.org/especial/truco-no-congresso/>

Programa de Apoio ao Jornalismo e Observatório 19 (Repórteres sem Fronteiras): <https://rsf.org/pt/programa-de-apoio-ao-jornalismo> e <https://rsf.org/pt/observatorio-19>

Campanha coletiva #NãoValeTudo: <https://naovaletudo.com.br/>

LINKS PELA ORDEM QUE APARECEM NO TEXTO:

1. Série sobre o projeto ISP Por no canal de Youtube do GIFE: https://www.youtube.com/playlist?list=PLzXv8s8_J1bzbuJTj3PTd4cPb8C9wuAf3

2. Plataforma online do projeto ISP Por: isppor.gife.org.br

3. Fundação Tide Setubal: <https://fundacaotidesetubal.org.br/>

4. Pacto pela Democracia: <https://www.pactopelademocracia.org.br/>

5. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP): <https://cebrap.org.br/>

6. Uneafro Brasil: <https://uneafrobrasil.org/>

7. Instituto de Referência Negra Peregum: <https://www.peregum.org.br/>

8. Instituto Geledés: <https://www.geledes.org.br/>

9. Plataforma Estratégia ODS: <http://www.estrategiaods.org.br/>

10. Plataforma de Filantropia dos ODS do Brasil: <http://www.estrategiaods.org.br/>

11. Redes de Desenvolvimento da Maré: <https://www.redesdamare.org.br/>

12. Apoiaadores da Redes de Desenvolvimento da Maré: <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/parceiros>

13. Projeto Maré que Queremos: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/17/mare-que-queremos>

14. Politize!: <https://www.politize.com.br/>

15. Fundação Lemann: <https://fundacaolemann.org.br/>

16. Hackathon Cívico: <https://www.politize.com.br/hackathon/>

17. Programa Cidadania: <https://programacidadania.org.br/>

18. Instituto Votorantim: <http://www.institutovotorantim.org.br/>

19. LAB de Cidadania: <https://programacidadania.org.br/labcidadania/>

20. "Guia do Voto": <https://programacidadania.org.br/guia-do-voto/>

21. "Cidadania em Cena": <https://programacidadania.org.br/evento-cidadania/>

22. Itaú Social: <https://www.itausocial.org.br/>

23. Edital Fundos da Infância e da Adolescência: <https://prosas.com.br/editais/5407-edital-fundos-da-infancia-e-da-adolescencia-2019>

24. Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras – Marielle Franco: <https://baoba.org.br/programa-de-aceleracao-do-desenvolvimento-de-liderancas-femininas-negras-marielle-franco/>

25. Fundo Baobá: <https://baoba.org.br/>

26. Instituto Ibirapitanga: <https://www.ibirapitanga.org.br/>

27. Fundação Ford: <https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil/>

28. Open Society Foundation: <https://www.opensocietyfoundations.org/>

29. Kellogg Foundation: <https://www.wkkf.org/>

30. Nossas: <https://www.nossas.org/>

31. Programa Mobilizadores: <https://www.mobilizadores.nossas.org/>

32. Pacto pela Democracia: <https://www.pactopelademocracia.org.br/>

33. Mapa Democracia Sim!: <https://mapademocraciasim.org/>

34. Campanha Eu Voto em Negra: <http://euvotoemnegra.com.br/>

35. Fondo de Mujeres del Sur: <https://www.mujeresdelsur.org/>

36. Elas no Congresso: <https://www.elasnocongresso.com.br/>

37. Revista AzMina: <https://azmina.com.br/>

38. Open Society Foundations: <https://www.opensocietyfoundations.org/>

39. Google News Initiative: https://newsinitiative.withgoogle.com/intl/pt_br/

40. Instituto Marielle Franco: <https://www.institutomariellefranco.org/>

41. PANE - Plataforma Antirracista nas Eleições: <https://www.paneantirracista.org/>

42. Agenda Marielle: <https://www.agendamarielle.com/>

43. Instituto Update: <https://www.institutoupdate.org.br/>

44. Emergência Política Tendências: <https://tendencias.institutoupdate.org.br/>

45. Gabinete de Inovação - Intercâmbio de Práticas no Legislativo: <https://www.gabinetedeinovacao.org/>

46. Pacto pela Democracia: <https://www.pactopelademocracia.org.br/>

47. Plataforma pela Reforma do Sistema Político: <https://reformapolitica.org.br/>

48. Congresso Remoto: <https://www.congressoremoto.org.br/>

49. Dado Capital: <http://dadocapital.org.br/>

50. Observatório Legislativo Brasileiro: <https://olb.org.br/>

51. Pulso Público: <https://www.pulsopublico.com.br/>

52. Fundação Avina: <https://www.avina.net/pt/home-por/>

53. Laudes Foundation: <https://www.laudesfoundation.org/br/>

54. Agenda da Emergência: <https://agendadeemergencia.laut.org.br/>

55. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT): <https://laut.org.br/>

56. Despolarize: <https://despolarize.org.br/>

57. Politize!: <https://www.politize.com.br/>

58. Publicação Comunicação de causas: reflexões e provocações para novas narrativas: <https://fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/comunicacao-de-causas-reflexoes-e-provocacoes-para-novas-narrativas/>

59. Fundação Tide Setubal: <https://fundacaotidesetubal.org.br/>

60. Instituto Alana: <https://alana.org.br/>

61. Rede Narrativas: <https://narrativas.org.br/>

62. Truco no Congresso: <https://apublica.org/especial/truco-no-congresso/>

63. Agência Pública: <https://apublica.org/>

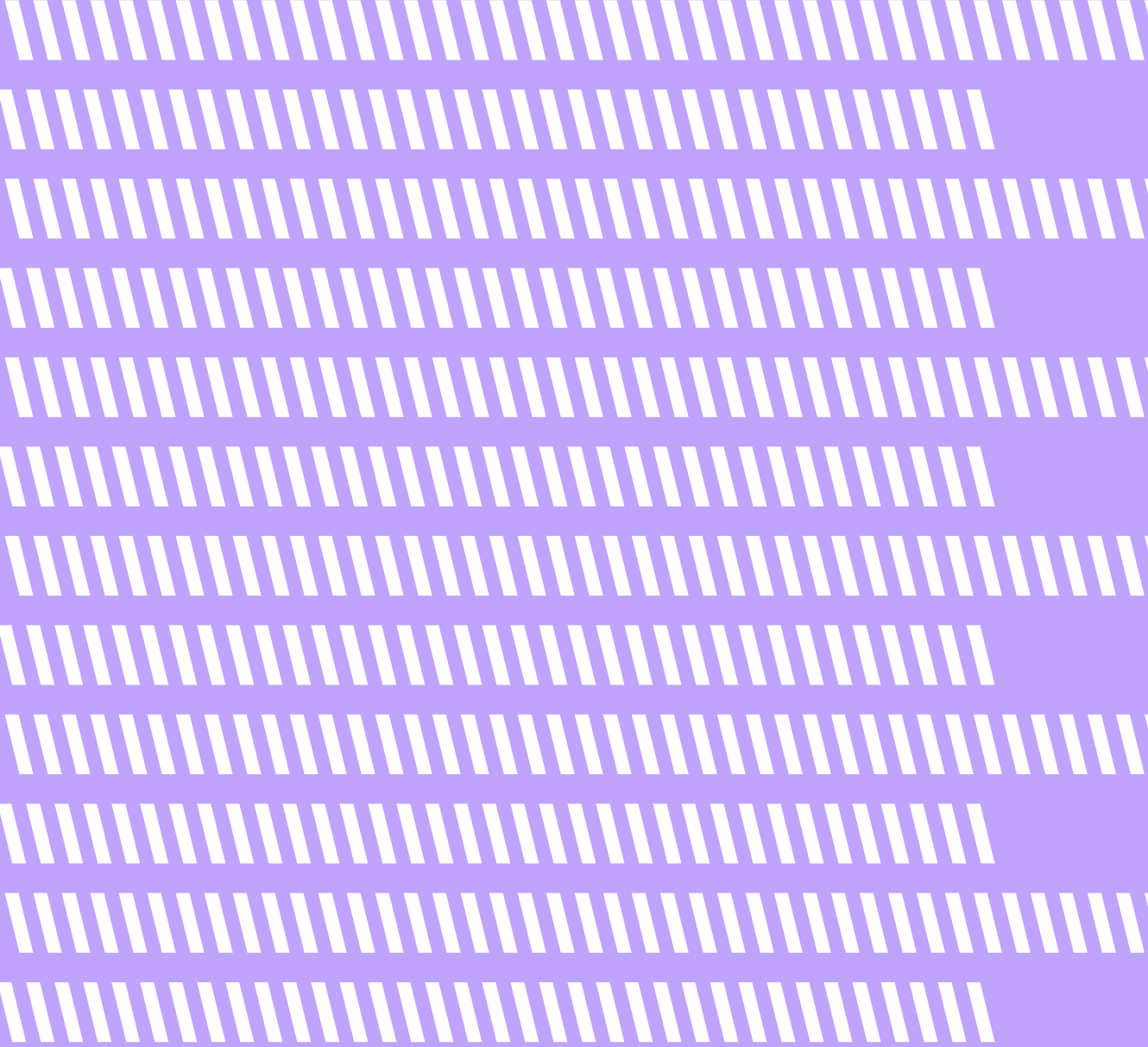
64. Congresso em Foco: <http://congressoemfoco.uol.com.br/>

65. Repórteres sem Fronteiras (RSF): <https://rsf.org/pt>

66. Programa de Apoio ao Jornalismo (PAJOR): <https://rsf.org/pt/programa-de-apoio-ao-jornalismo>

67. Observatório 19: <https://rsf.org/pt/observatorio-19>

68. Campanha #NãoValeTudo: <https://naovaletudo.com.br/>



Realização



Apoio e Promoção



Promoção



Acesse isppor.gife.org.br